

**AGENDA PRÓ-CRESCIMENTO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA INDÚSTRIA CAPIXABA**

**PROPOSTA DA INDÚSTRIA CAPIXABA
PARA OS PODERES EXECUTIVO E
LEGISLATIVO DO ESPÍRITO SANTO**

FINDES - DIRETORIA 2004/2008

PRESIDENTE: Lucas Izoton Vieira

1º VICE-PRESIDENTE: Ernesto Mosaner Junior

VICE-PRESIDENTES: Aloisio de Oliveira Barros
Aristóteles Passos Costa Neto
Egídio Malanquini
João Marcos Loureiro Del Puppo
José Luis Loss
Luiz Cláudio Nogueira Muniz
Marcos Guerra
Paulo Roberto Almeida Vieira
Ricardo Ribeiro Barbosa

1º SECRETÁRIO: Túllio Samorini

2º SECRETÁRIO: José Emílio Brandão

3º SECRETÁRIO: Antônio Tavares Azevedo de Brito

1º TESOUREIRO: Gibson Barcelos Reggiani

2º TESOUREIRO: Luiz Carlos de Freitas Pacheco

3º TESOUREIRO: Ademar Brumatti

SUPLENTE: Luiz Rigoni
Mariluce Polido Dias
Wandenberg Ricardo Pinto
Geraldo Bastianello
Carlos Augusto Lira Aguiar
Salvador Vasques Auriema Turco
Sérgio Márcio de Freitas Leite
José Tadeu de Moraes
Wilmar dos Santos Barroso Filho
Loreto Zanotto
Arthur Arpini Coutinho
César Augusto Villar de Mello
Ademar Antônio Bragatto
Ronaldo Soares Azevedo
Joaquim da Silva Maia
Benízio Lázaro
Tharcício Pedro Botti



AGENDA PRÓ-CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA INDÚSTRIA CAPIXABA

**PROPOSTA DA INDÚSTRIA CAPIXABA
PARA OS PODERES EXECUTIVO E
LEGISLATIVO DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA-ES, SETEMBRO DE 2006

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPÍRITO SANTO – FINDES

F293a **Agenda pró-crescimento e desenvolvimento sustentável da indústria capixaba:** proposta da indústria capixaba para os poderes executivo e legislativo do Espírito Santo / Federação Das Indústrias Do Espírito Santo - FINDES; Instituto Euvaldo Lodi – IEL-ES; Instituto De Desenvolvimento Industrial Do Espírito Santo - IDEIES. Vitória/ES: Marketing FINDES, 2006

50 p. : il. ; 21 cm.

Elaboração das propostas e redação: Benildo Denadai – Superintendente do IEL; Antonio Fernando Dória Porto – Assessor da Presidência; Antônio Sarcinelli – Jornalista.

1. Indústria Capixaba 2. Desenvolvimento Sustentável I. Título.

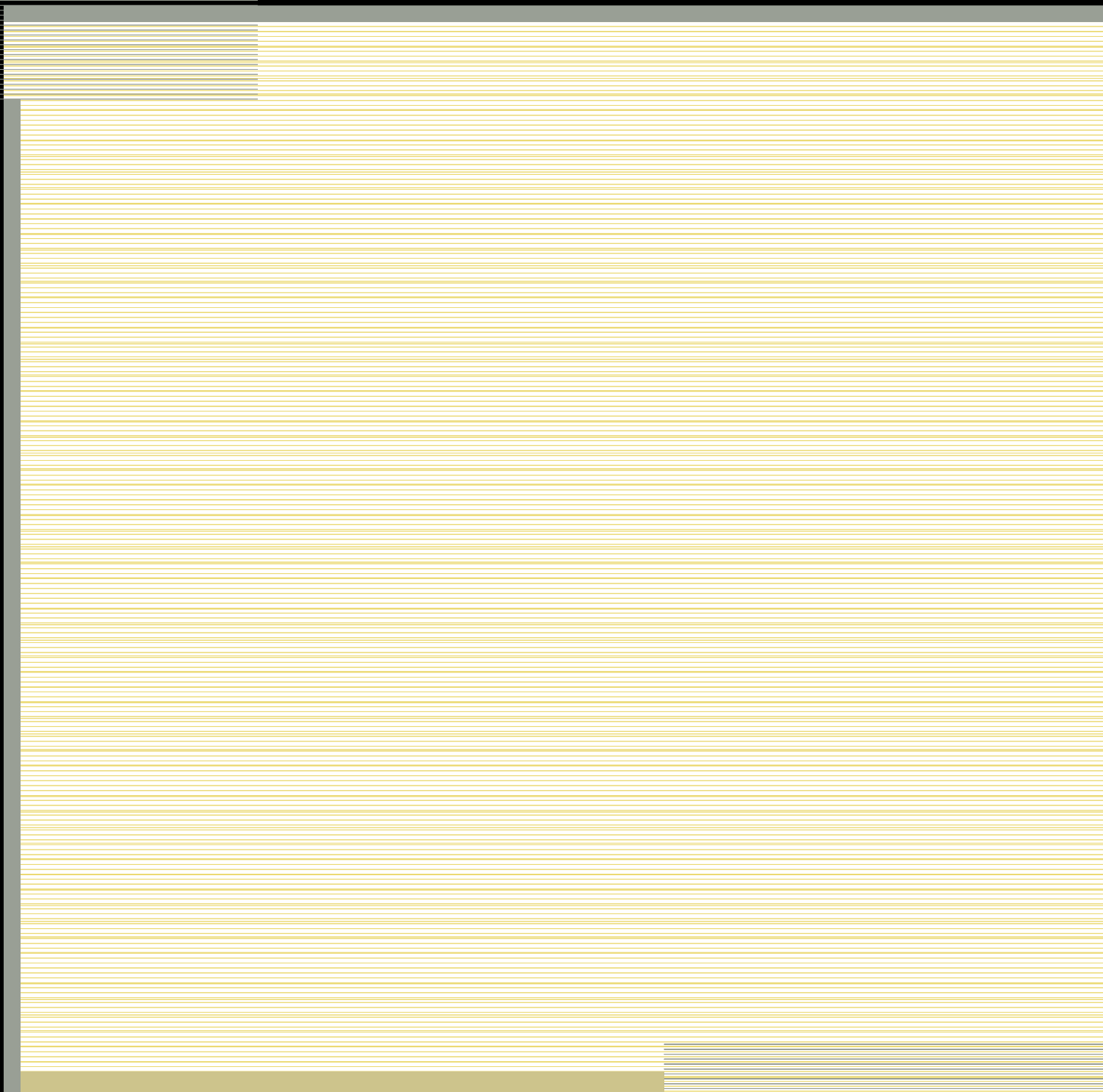
CDU: 330.341.1(815.2)

Edição:

Unidade de marketing do Sistema Findes
criacaografica@findes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	09
1 - Introdução	11
2 - Situação atual e perspectivas da indústria capixaba	13
2.1 Grandes complexos industriais exportadores	13
2.2 Pequena e média indústria voltada para o mercado interno	15
2.3 Indústria do petróleo	15
3 - Ameaças à expansão do setor e à competitividade	17
4 - Princípios e valores para uma boa gestão pública	18
5 - As prioridades da indústria capixaba	20
5.1 Redução dos gastos públicos	21
5.2 Tributação	22
5.3 Infra-estrutura	24
5.4 Financiamento	26
5.5 Relações de trabalho	28
5.6 Desburocratização	30
5.7 Inovação	31
5.8 Educação	33
5.9 Política comercial e de acesso a mercados	34
5.10 Meio ambiente	35
5.11 Inclusão local	37
5.12 Tratamento diferenciado para microempresas	38
5.13 Atuação sinérgica da classe política em prol do desenvolvimento regional	40
5.14 Consolidação do ambiente local favorável aos investimentos	41
5.15 Governança pública	42
5.16 Empreendedorismo	44
5.17 Integração regional	46
6 - Conclusões	47



APRESENTAÇÃO

A indústria capixaba busca maior competitividade para assegurar, além das empresas, o crescimento e o desenvolvimento de todo o Estado do Espírito Santo, a partir da promoção de emprego e renda e da diminuição da desigualdade social existente.

Atualmente, vivemos uma revolução em nossa economia, com a implementação, nos próximos anos, de grandes projetos e expansões pelas companhias aqui instaladas, principalmente nas áreas de mineração, celulose, siderurgia e petróleo, sem contar ainda os investimentos em obras e logística previstos.

Contudo, esse avanço na competitividade – tão necessário para as micro e pequenas empresas – só se tornará uma realidade com a queda na taxa de juros, menor carga tributária, redução da burocracia, câmbio favorável, flexibilização da legislação trabalhista e melhor infra-estrutura.

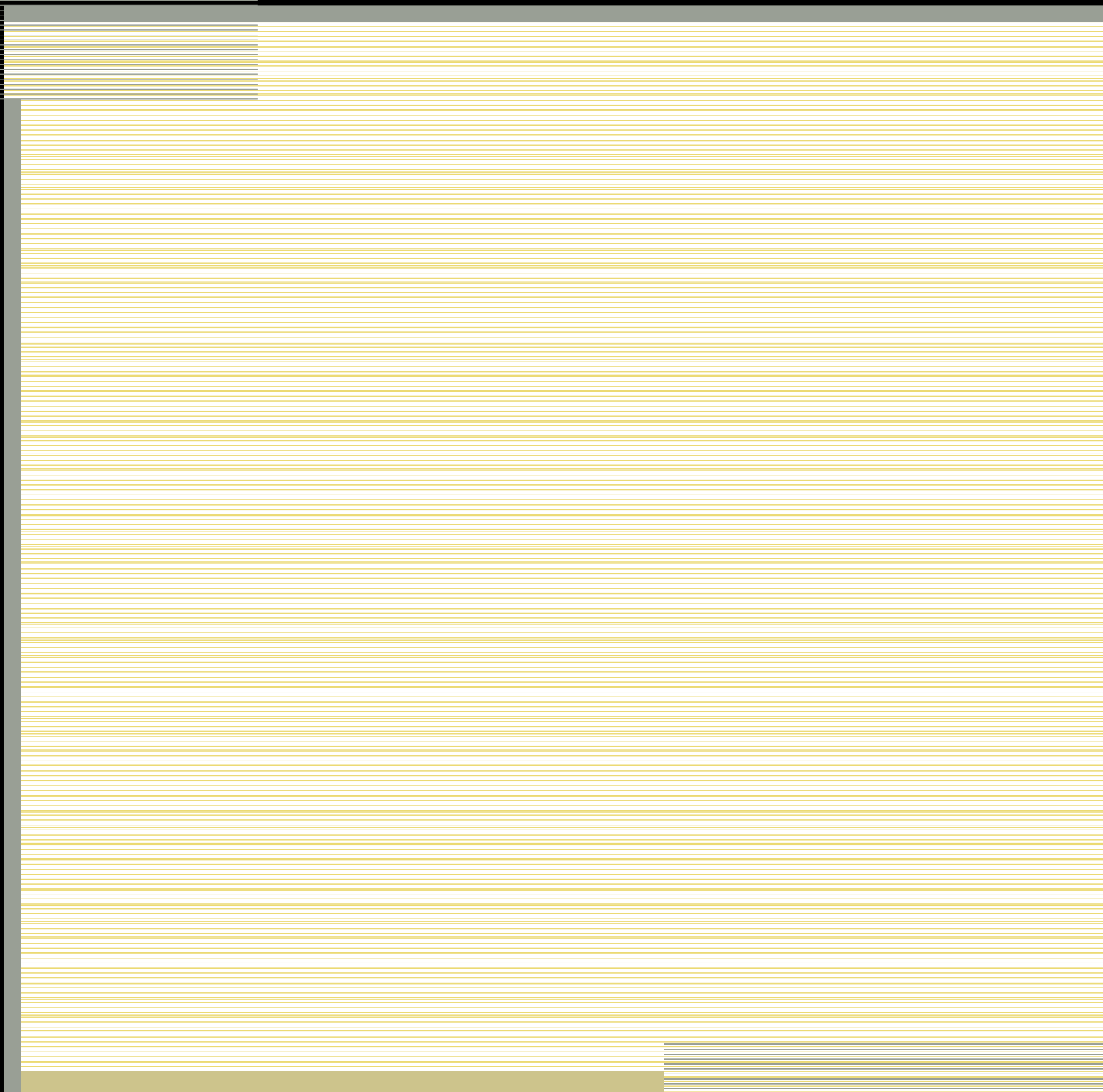
Ou seja, uma total diminuição do Custo Brasil, que, se tal medida for tomada, possibilitará o crescimento da competitividade das nossas indústrias e o avanço a novos mercados nacionais e internacionais.

Por isso, o Sistema Findes, comprometido com os interesses da indústria, o estímulo ao empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, preparou esta Agenda Pró-Crescimento, com propostas que esperamos serem adotadas, dentro de prioridades definidas de comum acordo pelos novos parlamentares e governantes do Estado.

Nela, apontamos a situação atual e perspectivas da indústria capixaba, as ameaças à competitividade e à expansão do setor, princípios e valores para uma boa gestão e prioridades pleiteadas nos diversos segmentos, como inovação, inclusão local, meio ambiente e desburocratização, entre outros.

Uma agenda com visão de futuro e que propõe a união de forças entre governo, sociedade civil e iniciativa privada rumo ao desenvolvimento do nosso Espírito Santo, que tem, hoje, uma das melhores, se não a melhor, ambiência para o investidor e empreendedor nacional e internacional.

Lucas Izoton Vieira
Presidente do Sistema Findes/Cindes



1 Introdução

Desde a abertura da economia brasileira, no início dos anos 90, a indústria capixaba investe permanentemente em programas de aprimoramento de processos, gestão e produtos com maior valor agregado e de qualificação profissional com o objetivo de eliminar gargalos internos e reduzir custos operacionais. Graças a essas iniciativas, a indústria local melhorou os índices de produtividade e conseguiu, assim, abrir novos

mercados no exterior e, ao mesmo tempo, enfrentar internamente a concorrência predatória dos produtos asiáticos.

Em alguns segmentos intensivos em capital, como a produção de celulose, aço e pelotas de minério de ferro, a indústria local exhibe índices de produtividade bem acima da média mundial. Empresas do porte da Aracruz Celulose, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)-Arcelor e Samarco Mineração estão no mesmo nível ou até mesmo acima dos principais concorrentes globais.

Algumas empresas de pequeno e médio portes conseguiram se ajustar ao mercado global e, integradas a arranjos produtivos, também passaram a exportar. Os avanços foram maiores nos segmentos de rochas ornamentais, confecções e móveis, onde existem ganhos de sinergia (externalidades) originários da concentração em torno de um pólo industrial. Por compartilharem uma mesma infra-estrutura, essas empresas acabam tendo custos operacionais menores que os dos concorrentes isolados.

As dificuldades, porém, ainda são muitas porque os fatores que determinam a competitividade não estão limitados aos muros da empresa. O ambiente externo também contribui – e muito – para o sucesso ou o fracasso de uma firma e para o desenvolvimento econômico ou



não de uma região. A infra-estrutura logística, os serviços regulados pelo poder público (fornecimento de energia e telefonia), os preços dos combustíveis, as políticas tributária, monetária (juros) e cambial são fatores com forte impacto sobre a receita e as despesas operacionais das indústrias.

Por mais que as empresas invistam em programas internos de modernização e otimização de processos, em estímulos ao trabalho e à produtividade, na preservação do meio ambiente e na construção de uma boa imagem social, a capacidade de competir globalmente fica comprometida devido aos juros excessivos, ao câmbio desfavorável, à pesada carga tributária e à infra-estrutura deficiente. A indústria depende, ainda, em grande parte, da redução do Custo Brasil para avançar em termos de competitividade e sonhar com fatias maiores do mercado nacional e internacional.

Por entender que a gestão pública pode contribuir para o crescimento não só da indústria, mas de toda a economia capixaba, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) elaborou esta

agenda e está encaminhando exemplar para cada um dos candidatos às eleições de outubro próximo, no Estado do Espírito Santo. Tanto para os que disputam cargos eletivos em nível executivo como para os que buscam uma vaga no Legislativo estadual.

O documento, que se limita às questões de abrangência e soluções em nível estadual, uma vez que documento idêntico foi elaborado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI focando as questões nacionais, apresenta uma radiografia atual da indústria capixaba, as perspectivas de acordo com o grau de urgência; e as prioridades do setor, ou seja, os investimentos ou ações do poder público necessários para eliminar os gargalos e permitir que a população capixaba se beneficie da geração crescente de empregos e renda, fruto de um desenvolvimento econômico sustentável. “O que a indústria capixaba espera dos poderes constituídos” vai além de uma cartilha setorial. É uma agenda pró-crescimento de um Estado que apresenta um dos maiores potenciais econômicos do país. Um potencial que pode se concretizar, muito mais rapidamente, se os políticos ajudarem.

2 Situação atual e perspectivas da indústria capixaba

A indústria é um setor de peso na economia capixaba. São ao todo 8.524 empresas, sendo 99,6% de micro, pequeno e médio portes, distribuídas por dezenas de segmentos e responsáveis pela geração de 136,5 mil empregos diretos e de 410 mil indiretos. O faturamento bruto anual gira em torno de R\$ 25,5 bilhões, dos quais quase 50% são resultados de exportações. A participação do setor no PIB estadual já chega a 40%.

A produção do setor apresentou, entre 2002 e 2005, crescimento acumulado de 34,3%, correspondendo a uma média anual de 7,6%. No mesmo período, a economia brasileira acumulou incremento de apenas 14,7%, com 3,5% de média anual. O desempenho capixaba tem sido duas vezes maior que a taxa nacional. Para 2006, a expectativa é de um novo incremento, com a produção crescendo mais 5% e o nível de emprego, 6%. É evidente que o bom desempenho da indústria capixaba dos últimos anos não tem beneficiado todas as empresas, pois, as micro, pequenas e médias empresas que vendem para o mercado interno enfrentam os mesmos problemas das demais empresas desses portes em nível nacional.

2.1 GRANDES COMPLEXOS INDUSTRIAIS EXPORTADORES

2.1.1 CENÁRIO ATUAL

A grande indústria exportadora capixaba – Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)-Arcelor, Aracruz Celulose e Samarco – opera com capacidade plena devido ao aquecimento da demanda internacional, motivada, principalmente, pela expansão da economia chinesa. A maior procura por aço, celulose, minério de ferro e pelotas já está obrigando as empresas a investir pesado no aumento da capacidade instalada para se manterem na liderança do mercado global. A CST-Arcelor deve

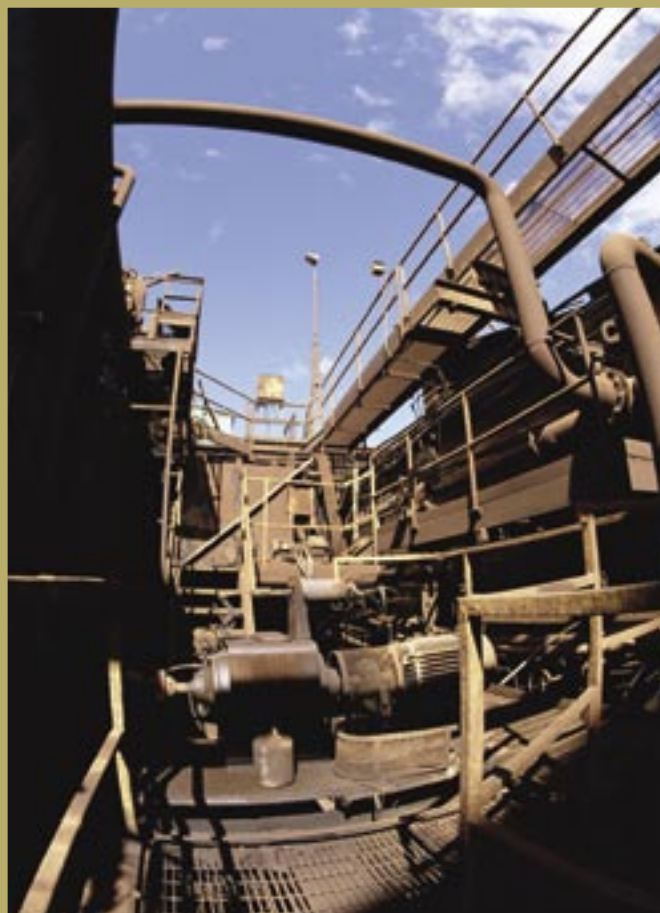
concluir no primeiro semestre do próximo ano as obras de implantação do terceiro alto-forno, elevando, assim, sua capacidade de produção de aço bruto em 50% – de 5 milhões para 7,5 milhões de toneladas/ano, um investimento de US\$ 1,1 bilhão. A Samarco iniciou, em novembro do ano passado, as obras da terceira usina de pelotas, em Anchieta, projeto que também totaliza US\$ 1,1 bilhão. Serão abertas 2,5 mil vagas no canteiro de



obras. Com a nova usina, a empresa ampliará a capacidade em mais 7 milhões de toneladas/ano, alcançando o patamar anual de 21,5 milhões de toneladas de pelotas, um salto de 53%. Ainda em 2006 deve ser iniciada a obra da oitava usina de pelotas de Tubarão. O investimento soma US\$ 450 milhões e elevará a capacidade de produção da CVRD em mais 7 milhões de toneladas por ano.

2.1.2 PERSPECTIVAS

As perspectivas da indústria exportadora são de aumento contínuo da escala devido à expansão do mercado. Em um passado recente, os investimentos dessas empresas eram mais espaçados e atrelados a crescimentos sazonais de seus respectivos mercados. Como a China precisa, ao mesmo tempo, de aço, celulose, minério de ferro e pelotas para alimentar o seu crescimento, essas empresas se viram forçadas a expandir de imediato a capacidade instalada para atender a nova demanda. A CVRD também projeta novas usinas de pelotas no Estado até 2012, só que não mais sediadas em Tubarão, mas em Anchieta. O município deve se consolidar como o novo site para a expansão dos grandes complexos industriais. A implantação de uma ferrovia ligando a Grande Vitória ao sul do Estado, com conexão à malha da Vitória a Minas e da FCA, contribuirá, ainda, para fazer de Anchieta um grande corredor de exportação. A Aracruz Celulose também projeta crescer mais e já avalia a implantação de mais quatro fábricas no



país, cada uma com custo estimado de US\$1 bilhão, para preservar a liderança de um mercado altamente concentrado e competitivo. Uma dessas novas fábricas deverá ser sediada no Espírito Santo, junto à planta industrial da empresa, em Aracruz. Ao mesmo tempo, deverão ser realizados investimentos em agregação e valor. A CVRD

projeta plantas de HBI, e a CST deve avançar na produção de bobinas.

2.2 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS VOLTADAS PARA O MERCADO INTERNO

2.2.1 CENÁRIO ATUAL

Se por um lado o Estado dispõe de um setor exportador constituído por grandes empresas de padrão competitivo e internacional, em razão da tecnologia aplicada em suas plantas, da utilização de recursos decorrentes de um ambiente internacional como infra-estrutura, juros, sistema de gestão, mercado em expansão etc., registrando um crescimento bem acima da média nacional, o mesmo desempenho não se pode atribuir às micro, pequenas e médias empresas do Estado, que são a maioria absoluta, ou seja, 99,6% do total dos estabelecimentos formais. Por venderem preferencialmente para o mercado interno, enfrentam uma concorrência acirrada em um ambiente de baixo poder aquisitivo e sem crescimento; taxas de juros elevadas e incompatíveis com as praticadas no mercado globalizado; carga tributária excessiva com um sistema altamente complexo; encargos trabalhistas elevados; infra-estrutura deficiente, principalmente por se tratar de uma indústria distribuída por todo o Estado; além do excesso de burocracia que demanda por parte dessas empresas, de estrutura administrativa simples, elevados custos da conformidade fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental, entre outras. Devido ao ambiente interno des-

favorável, este segmento da indústria capixaba opera abaixo da capacidade. O índice de ociosidade gira em torno de 15%, permanecendo neste patamar já há alguns anos.

2.2.2 PERSPECTIVAS

As perspectivas deste segmento estão muito ligadas às condições futuras dos juros, da carga tributária, do nível de renda e também ao nível de participação local nos projetos de expansão dos grandes complexos industriais exportadores e da cadeia gás-petróleo. Apesar de todas as dificuldades decorrentes das restrições do mercado interno, este segmento da indústria capixaba tem conseguido, entretanto, ampliar as vendas em função do bom desempenho da economia capixaba em relação ao restante do país e por conseguir, também, agregar valor e exportar parte da produção. É o caso, por exemplo, do pólo de mármore e granito, que no ano passado exportou US\$ 490,1 milhões e deve chegar a US\$ 1 bilhão em 2008, um salto de 100%.

2.3 A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

2.3.1 CENÁRIO ATUAL

A quebra do monopólio estatal contribuiu em muito para a expansão da indústria do petróleo no Espírito Santo. A presença de grandes companhias disputando blocos no mar capixaba levou a Petrobras a ampliar os investimentos tanto em produção como na aquisição de novas áreas para se manter como empresa-líder do setor na

região. A mudança ocorrida no patamar de investimentos é bem significativa. Os investimentos na perfuração de poços exploratórios saltaram de US\$ 100 milhões no acumulado entre 1995 e 1999 para US\$ 750 milhões entre 2000 e 2004, um crescimento de 650%. No desenvolvimento da produção houve incremento de 350% – de US\$ 60 milhões para US\$ 270 milhões. Além dos investimentos maciços em produção, a Petrobras

concentrará no Espírito Santo seu novo esforço exploratório. A estatal estima perfurar entre 2006 e 2010 um total de 317 novos poços exploratórios em terra e na plataforma continental brasileira, sendo 64 deles (20,18%) no Espírito Santo, contra apenas 59 poços no Rio de Janeiro.

2.3.2 PERSPECTIVAS

O petróleo inaugura, a partir deste ano, a “terceira onda” de desenvolvimento econômico do Espírito Santo. A primeira foi a cafeicultura, e a segunda, a implantação dos grandes complexos industriais exportadores. Somente a Petrobras deverá investir cerca de US\$ 8 bilhões entre 2006 e 2010 na produção das jazidas de óleo e gás descobertas recentemente no mar capixaba. A previsão, ao final desta década, é de que o Estado passe a produzir 600 mil barris/dia, 1.400% a mais que os 40 mil barris/dia produzidos até o início deste ano. A produção continuará crescendo e deve atingir o patamar de um milhão de barris/dia em 2025, mesmo volume produzido atualmente pela Bacia de Campos. A indústria do petróleo deve gerar quase 20 mil novos empregos no Estado nos próximos cinco anos.



3 As ameaças à expansão do setor e à competitividade ■ ■

Apesar de as perspectivas de expansão nos próximos anos serem excelentes, diante do grande volume de investimentos projetados, a indústria capixaba pode ter seu desempenho comprometido se nada for feito para eliminar os gargalos que ainda persistem, seja na infra-estrutura ou resultantes das próprias políticas públicas.

Vale lembrar que o capital não tem mais pátria nem nacionalidade e se desloca para as regiões que oferecem mais vantagens comparativas. O Espírito Santo sentiu isso na própria pele, há dez anos, quando perdeu as importações de veículos para os Estados que sediaram as novas montadoras. Em troca dos incentivos fiscais recebidos do Governo do Paraná para a implantação de sua primeira fábrica no Brasil, a Renault transferiu o desembarque dos modelos importados, que eram todos realizados por Vitória, para Paranaguá.

A Ford fez o mesmo com suas caminhonetes. Tão logo o grupo decidiu instalar a nova fábrica na Bahia, transferiu para o Estado vi-

zinho as importações do Ford Ranger. O Espírito Santo perdeu, com isso, receita substancial de ICMS. As montadoras de veículos são apenas um dos muitos casos de investidores que transferiram para outras regiões investimentos antes previstos para o território capixaba, comprovando que o preço do desenvolvimento é a eterna competitividade. Ou seja, o combate permanente aos gargalos, sejam eles de natureza legal, social, logística, macroeconômica, política ou mesmo ambiental.



4 Princípios e valores para uma boa gestão pública

São compromissos com uma gestão pública ética, transparente e de resultados; de defesa da livre iniciativa, do empreendedorismo e do investimento produtivo em detrimento do especulativo; e de combate à ineficiência, à burocracia e aos custos Brasil e Espírito Santo. Compromissos estes que certamente resultarão em ações em benefício da democracia e da sociedade.

O bom político é aquele que exerce seu mandato pautado não só pela ética e transparência, mas também por um conjunto de princípios estabelecido por toda a sociedade. Ou seja, que atue em sintonia com a sociedade civil organizada e priorize ações e medidas de interesse público. Entre estes princípios estão não propor ou aprovar leis que resultem em aumento de impostos, de burocracia e de ineficiência. No quadro a seguir estão listados os princípios essenciais para que a gestão pública alcance seu principal objetivo: a promoção do bem-estar econômico e social.



Princípios e valores

	Executivo federal	Executivo estadual	Legislativo federal	Legislativo estadual
Não propor leis que resultem em aumento de carga tributária	X	X	X	X
Não aprovar leis que resultem em aumento de carga tributária	X	X	X	X
Não promover gasto público sem o devido retorno social	X	X	X	X
Não propor e aprovar atos ou leis que estimulem a ineficiência e a burocracia	X	X	X	X
Defender e incentivar a livre iniciativa e o empreendedorismo	X	X	X	X
Defender e incentivar o investimento produtivo em detrimento do investimento especulativo	X	X	X	X
Não propor ou apoiar políticas ou normas que criam benefícios individuais em detrimento do coletivo	X	X	X	X
Administrar o patrimônio público com ética e transparência	X	X		
Ter desempenho parlamentar ético e transparente			X	X
Ter uma gestão pública compromissada com resultados para a sociedade	X	X	X	X
Não propor leis que interfiram em assuntos que são de estrita competência da livre iniciativa	X	X	X	X

5 As prioridades da indústria capixaba

Como entidade representativa da indústria capixaba, a Findes não poderia deixar de levar aos candidatos do Estado do Espírito Santo a cargos eletivos no pleito de outubro próximo nossas propostas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social do Espírito Santo – e que esperamos ver adotadas por todos os políticos.

Para permanecer competitiva interna e externamente, gerando mais empregos e renda para a sociedade, a indústria capixaba depende do apoio dos poderes públicos federal, estadual e municipal na eliminação de uma série de gargalos que hoje são verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento sustentável do setor.

São entraves decorrentes do pesado ônus pago pelo setor privado devido ao gasto público excessivo e de má qualidade, à sobrecarga tributária e à infra-estrutura obsoleta e ineficiente; da escassez de financiamentos em áreas vitais, como a modernização, a inovação e a preservação ambiental; da defasagem da legislação envolvendo as relações de trabalho; e do excesso de burocracia, entre outros.

São 17 as políticas públicas prioritárias para a indústria capixaba. A relação está no quadro abaixo. Os problemas enfrentados pelo setor e a agenda de trabalho com ações e intervenções do

executivo e legislativo, necessárias para eliminar estes gargalos, estão detalhadas na seqüência.

As 17 prioridades da indústria capixaba

1	Redução dos gastos públicos
2	Tributação
3	Infra-estrutura
4	Financiamento
5	Relações de trabalho
6	Desburocratização
7	Inovação
8	Educação
9	Política comercial e de acesso a mercados
10	Meio ambiente
11	Inclusão local
12	Tratamento diferenciado para microempresas
13	Atuação sinérgica da classe política em prol do desenvolvimento regional
14	Consolidação do ambiente local favorável aos investimentos
15	Governança pública
16	Empreendedorismo
17	Integração regional

5.1 REDUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

5.1.1 A QUESTÃO

Apesar dos esforços do atual Governo, tal como a União e a maioria dos estados brasileiros, o Espírito Santo ainda está superdimensionado em suas atribuições e gastos e distante de um Estado leve e enxuto como deseja a sociedade. Para manter uma estrutura deste porte, o Governo estadual necessita buscar receitas cada vez maiores, penalizando as empresas e os cidadãos com uma elevada carga de impostos.

Mesmo com uma receita realizada acima da expectativa inicial, o retorno em obras e serviços não tem atendido aos anseios da sociedade. Os recursos acabam sendo consumidos em sua maior parte no pagamento de salários e na manutenção da máquina administrativa. Só uma pequena parte é convertida em investimentos, embora crescente significativamente, nos últimos três anos.

O superdimensionamento e a aplicação dos recursos com baixo retorno para a sociedade contribuem tão somente para onerar o custo dos produtos, serviços e gestão, dificultando as vendas e reduzindo, assim, a capacidade de competição do setor industrial.

Não podemos esquecer que aos impostos estaduais se somam os tributos federais e municipais, que também oneram os custos da indústria. Em âmbito federal, a carga tributária, além de excessiva, cresce a cada ano. Em 1993 equivalia a

26% do Produto Interno Bruto (PIB) e em 2005 o índice chegou a 37%.

5.1.2 OS DESAFIOS

- Controlar o crescimento dos gastos correntes do Governo do Estado, de modo que sejam reduzidos para manter uma boa proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) estadual;
- Reduzir o quadro administrativo e burocrático e concentrar o foco nos serviços essenciais para aumentar o retorno dos benefícios à sociedade;
- Tornar mais eficiente a gestão dos recursos públicos;
- Reduzir a carga tributária para manter uma boa proporção em relação ao PIB;
- Flexibilizar a gestão orçamentária e redefinir o foco e a distribuição dos gastos sociais.

5.1.3 A AGENDA

- Melhorar a qualidade do gasto público por meio de programas de gestão similares ao da iniciativa privada de sucesso;
- Rever a política atual de saúde, descentralizando e interiorizando as ações;
- Investir, no mínimo, 15% ao ano do orçamento estadual em ações prioritárias para a população capixaba;
- Estabelecer uma política de distribuição de royalties, com critérios e percentuais inversamente proporcionais ao recolhimento do ICMS e a população de cada município;
- Rever o atual plano de previdência dos servidores estaduais, estabelecendo teto e revendo a idade mínima para aposentadoria.

5.2 TRIBUTAÇÃO

5.2.1 A QUESTÃO

A pesada carga tributária, o excesso de impostos, a complexidade fiscal e a diferença de alíquotas em relação a outras regiões do país, principalmente no ICMS, têm afetado vários setores tradicionais da economia capixaba, dificultando a competição.

As empresas sediadas dentro do Espírito Santo pagam 17% de ICMS nas vendas internas, enquanto que as indústrias de fora do Estado reme-

tem seus produtos para o mercado local pagando apenas 7%. A diferença é expressiva e tira a competitividade do produto capixaba em seu próprio mercado.

Além desse problema crônico da diferença de alíquota, as indústrias capixabas ainda enfrentam a tributação excessiva praticada por todas as esferas de poder. Produtos essenciais como energia e telefonia chegam a ser tributados pelo ICMS em 25%.



Se não bastasse pagar fábulas em impostos, as empresas ainda têm que contratar um batalhão de especialistas em contabilidade e finanças para administrar o fluxo de caixa e a observância à legislação fiscal, tamanha a complexidade e a quantidade de tributos.

A estrutura tributária atual do Estado onera em muito o custo de produção da indústria, afetando as vendas e a capacidade de competir do setor. Há forte desestímulo à compra de maquinário para modernização da planta industrial, o que leva

à perda de competitividade em relação a regiões onde há incentivo, via redução/isenção de impostos, à atualização tecnológica.

5.2.2 Os DESAFIOS

- Adequar o sistema tributário capixaba às necessidades da competitividade e do crescimento;
- Tornar o sistema mais simples e sua administração menos onerosa para as empresas;
- Eliminar ou compensar distorções e disfunções que causam ineficiência econômica e dificultam a atração de investimentos para o território capixaba;
- Reduzir a carga de impostos, adotando para o ICMS alíquotas compatíveis com a capacidade contributiva das empresas e dos trabalhadores;
- Isentar do ICMS os equipamentos importados destinados à modernização tecnológica das indústrias ou à inovação de produtos;
- Adotar acordos coletivos para setores industriais em vez de incentivos individuais para empresas.

5.2.3 A AGENDA

- Ampliar o prazo de recolhimento do ICMS, tendo em vista que os empresários, pelas normas atuais, recolhem em até 15 dias após o mês, mas só recebem as faturas 60 dias após o mês;
- Aprovar o programa do Refis Capixaba apresentado pela Findes, no qual estão ampliados os prazos para pagamento dos impostos estaduais;
- Corrigir a legislação estadual que permite aos fiscais da Secretaria da Fazenda encaminhar os processos diretamente para a Justiça Criminal quando existe alguma suposição sobre o não-recolhimento de tributos;
- Finalizar todos os contratos de competitividade que estão sendo avaliados pela Sedetur;
- Igualar em termos tributários o Espírito Santo com os estados do Sul e Sudeste;
- Integrar o debate e participar das ações nacionais por uma ampla reforma tributária visando à redução da carga de impostos sobre o setor produtivo.

5. 3 INFRA-ESTRUTURA

5.3.1 A QUESTÃO

Uma infra-estrutura de transportes eficiente é fundamental para o escoamento da produção nos prazos e velocidade esperados pelo mercado. Nenhuma região consegue atrair fluxos de investimentos apresentando deficiência nesta área.

Apesar de sua localização privilegiada e do forte comércio exterior, o Espírito Santo ainda apresenta deficiências na área de infra-estrutura, que acabam por onerar os custos das empresas com tarifas e fretes.

As estradas estaduais, que ligam as cidades do interior às rodovias federais que cortam o Espírito Santo – BR-101 e BR-262 –, estão em sua maioria em má condição de conservação, prejudicando o desempenho dos pólos industriais. As estradas federais também padecem de baixos investimentos em manutenção, e em vários trechos já não comportam o fluxo de veículos, sendo necessária a duplicação da pista. Os portos públicos enfrentam problemas de acesso, e a capacidade já é

insuficiente para atender a demanda, provocando a evasão de cargas para outros estados. A produção e os sistemas de distribuição de energia têm crescido, porém, ainda insuficientemente para suportar, sem riscos, o crescimento previsto do Estado nos próximos anos.



5.3.2 Os DESAFIOS

- Destinar no orçamento estadual mais recursos para a expansão e manutenção da infra-estrutura, reduzindo os chamados Custo Brasil e Custo ES e o risco de ocorrer um “apagão logístico”;
- Estimular a formação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Estado para projetos de infra-estrutura;
- Aumentar a eficiência na gestão e desenvolver uma cultura de planejamento integrado no setor de transportes, focado na multimodalidade;
- Aumentar a geração local de energia elétrica utilizando o gás natural como fonte geradora;
- Atuar politicamente de forma integrada – executivo estadual e bancada federal – para viabilizar a concessão e implantação de novos ter-

- minais no porto de Barra do Riacho;
- Agir politicamente para garantir investimentos federais na duplicação da Rodovia do Contorno de Vitória, na privatização e duplicação da BR-101, na duplicação da BR-262 no trecho entre Vitória e a região de montanhas, e a execução das obras de melhoria do acesso ao Porto de Capuaba.
- Interferir politicamente para estadualizar a Codelsa, visando sua futura privatização.
- Privatizar o Banestes

5.3.3 A AGENDA

- Efetuar ações junto ao Governo federal para que a expansão do Aeroporto de Vitória seja concluída na data prevista e para que o Centro de Eventos seja feito na área da Infraero;
- Estimular a construção de usinas termelétricas para produção local de energia, utilizando como fonte geradora o gás natural;
- Interceder junto à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e outras entidades para que tenhamos no TVV uma retroárea adequada;
- Atuar junto ao Governo federal para concluir a duplicação da Rodovia do Contorno de Vitória em toda a sua extensão;
- Construir a Rodovia Leste-Oeste (BR 477), ligando a Ceasa, em Cariacica, à Rodovia Darly Santos, em Vila Velha;
- Concluir a duplicação da Rodovia Darly Santos, inclusive com trecho e viaduto na Avenida Carlos Lindenberg, ampliando também a estrada de acesso ao Porto de Capuaba;
- Assumir os destinos da área de Barra do Riacho, para que este local seja utilizado de forma adequada pelos empreendedores capixabas;
- Apoiar a implantação do Centro de Eventos da Serra, complementar ao de Vitória;
- Atuar politicamente para duplicar a BR-101 de Linhares a Cachoeiro de Itapemirim;
- Atuar politicamente para a duplicação da BR-262 no trecho de Viana a Venda Nova do Imigrante;
- Manter acordos com o Governo federal para estadualizar o trecho da rodovia BR-101 que corta o Espírito Santo, após duplicação e execução dos contornos da Serra e Iconha;
- Fazer ações para que no Gasoduto do Nordeste (Gasene) seja possível colocar ramais (citygates) para outros destinos (Colatina, Cariacica, Serra e São Mateus), além dos atuais (Ubu, CVRD e Linhares);
- Mobilizar recursos de fontes diversas para implementação de um programa de redução do déficit habitacional e melhoria da infra-estrutura urbana em geral nos municípios do interior. Na Grande Vitória, devem ser priorizadas soluções para o trânsito.
- Realizar articulações com o Governo federal, empresas públicas e investidores privados para viabilizar novos investimentos em energia no território capixaba, em especial em pequenas usinas hidrelétricas e termelétricas, e criação de programa e incentivo para a geração de energia alternativa originária de fontes renováveis;
- Apoiar efetivamente e atuar politicamente para acelerar a construção da ferrovia Litorânea Sul.

5.4 FINANCIAMENTO

5.4.1 A QUESTÃO

Escassez de recursos, difícil acesso e juros elevados. Diante das dificuldades enfrentadas para obter crédito, muitas empresas capixabas estão adiando projetos de investimento, o que pode comprometer, no longo prazo, a capacidade da indústria capixaba de competir globalmente devido à dificuldade para aprimorar produtos, processos e gestão requeridos pelo mercado e manter nível de produtividade compatível com o dos concorrentes nacionais e internacionais.

Um grande obstáculo é a exigência de garantia real. O sistema financeiro estadual só libera recursos mediante apresentação de bens em garantia no valor equivalente a 1,5 vezes o valor do financiamento. As pequenas empresas são as mais penalizadas, porque operam com recursos limitados e patrimônio mínimo.

O juro é outro impedimento. As taxas são muito elevadas, porque os bancos estão priorizando os ganhos de tesouraria e aplicando a maior parte dos recursos disponíveis em títulos do Governo. A Selic proporciona aos bancos um rendimento muito lucrativo.

Em função disso, a atuação no mercado de crédito ficou relegada ao segundo plano. Como os bancos não precisam disputar tomadores, as taxas não cedem, comprometendo o nível de investimento e a geração de empregos e renda na economia.

5.4.2 Os DESAFIOS

- Aumentar a oferta de crédito no sistema financeiro estadual transferindo para as linhas do Bandes e do Banestes recursos hoje alocados em investimentos especulativos;
- Fixar juros compatíveis com a necessidade de remuneração do capital e com a capacidade de pagamento das empresas;
- Criar um fundo de aval em substituição à exigência de garantia real nos empréstimos;
- Criar linhas de crédito diferenciadas para projetos de inovação em produtos, processos e gestão industrial, possibilitando à indústria capixaba melhorar a competitividade e competir globalmente;
- Adotar tratamento diferenciado nos financiamentos para microempresas;
- Propor e defender a flexibilização de exigências de garantias no Funres;
- Permitir o aumento do nível de inadimplência do Bandes, compatibilizando-o com o de banco de desenvolvimento.

5.4.3 A AGENDA

- Colocar linhas de crédito do Banestes para apoio às micro e pequenas empresas, com taxas de juros abaixo dos do mercado e redução das exigências de garantias reais, usando apenas o fundo de aval;
- Reduzir a burocracia do Bandes e permitir que o volume de recursos existente seja efetivamente emprestado para as micro, pequenas e

média empresas, preferencialmente para as micro e pequenas;

- Fazer ações para que o Governo estadual, por



intermédio de seus órgãos, estimule os bancos sediados no Espírito Santo a emprestarem para as micro e pequenas empresas;

- Adotar um programa de incentivos fiscais para que as empresas que tenham interesse no Espírito Santo se instalem no interior;
- Criar programas especiais de financiamento para consolidação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) existentes no território capixaba, contemplando aporte de recursos para infra-estrutura, tecnologia, capacitação, distribuição, promoção comercial, investimentos fixos e giro comercial;
- Criar o Cartão Bandes para crédito de até R\$ 50 mil para as micro e pequenas empresas;
- Criar linhas de créditos para médias empresas com menor exigência de garantias e taxas menores.

5. 5 RELAÇÕES DE TRABALHO

5.5.1 A QUESTÃO

As relações de trabalho pouco avançaram nas últimas décadas, deixando as empresas engessadas no que se refere à gestão de recursos humanos. Como resultado de uma legislação trabalhista defasada, muitas empresas preferem seguir na informalidade a buscar a formalidade, devido aos custos elevados.

A economia informal hoje está estimada entre 30% a 40% do PIB do país. No Espírito Santo, o índice é semelhante, mesmo com o boom de investimentos no setor do petróleo e na área da grande indústria exportadora. O problema está no excesso de regulamentação e de proteção, o que onera o custo dos salários e reduz o poder de competição das empresas, especialmente das micro e pequenas.

A flexibilização da CLT estimularia a formalidade e promoveria também um ambiente favorável ao investimento e ao desenvolvimento, contribuindo para gerar empregos e renda para toda a sociedade.

Outro gargalo nas relações de trabalho é a legislação sindical defasada. Há o impedimento de uma representação mais ampla e plural, o que estimula tão-somente ações políticas pautadas por interesses corporativistas e dificulta a busca de soluções cooperativas.

A questão previdenciária também é um sério problema. Não só pelo custo oneroso do sistema, impactado em boa parte pela má gestão dos recursos, que acaba se refletindo em custos maiores para as empresas e queda na competitividade, mas porque também impacta o gasto público e o tamanho do Estado.



5.5.2 Os DESAFIOS

- Ter um sistema regulatório focado no desenvolvimento sustentável e na competitividade e que garanta a segurança e proteção dos trabalhadores e a flexibilidade para a gestão das empresas;
- Estimular as relações formais de trabalho e reduzir a dimensão do trabalho e da própria economia informal;
- Reduzir os encargos trabalhistas, preservando o financiamento da seguridade social;
- Viabilizar a formação dos fundos de pensão do Estado e das prefeituras capixabas, para reduzir o peso das aposentadorias de servidores na folha de pagamentos;
- Melhorar o relacionamento entre os órgãos de fiscalização, empresas e trabalhadores.

5.5.3 A AGENDA

- Configurar um sistema estadual de emprego e capacitação profissional para monitorar e produzir estatísticas sobre o mercado regional de trabalho, identificando focos de desemprego setorial ou regional e as mudanças de oportunidades de emprego e treinamento;
- Atrair para o Espírito Santo maior volume de recursos dos programas nacionais de geração de emprego financiados com recursos do FAT, Proger, Pronaf e BNDES, entre outros;
- Equalizar os benefícios dos funcionários públicos estaduais aos privados;
- Interferir junto aos órgãos fiscalizadores, empresas e trabalhadores, com objetivo de construir um adequado relacionamento entre o capital e o trabalho.

5.6 DESBUROCRATIZAÇÃO

5.6.1 A QUESTÃO

A gestão das empresas tem se tornado cada vez mais onerosa devido ao excesso de normas e regulamentos. Muitos deles, desnecessários. A burocracia tem se tornado, portanto, um obstáculo à operação do negócio, tirando da indústria capixaba a agilidade necessária para competir globalmente.

O preenchimento de papelada desnecessária, principalmente na era atual da internet e da tecnologia da informação (TI), e a apresentação de atestados e licenças redundantes tornam os negócios lentos e mais difíceis. Principalmente na abertura e fechamento de empresas.

O excesso de burocracia na Junta Comercial do Estado desestimula o registro de novas empresas ou mesmo a regularização das que operam na informalidade. A burocracia excessiva também gera um grande número de empresas inativas, o que onera o empreendedor e o poder público.

5.6.2 Os DESAFIOS

- Fazer da desburocratização uma prioridade do Governo estadual;
- Racionalizar, simplificar e tornar públicos os processos, exigências e formulários da administração pública;
- Adotar programa de incentivo ao registro co-

mercial, com processos simplificados e custo zero, para estimular a formalização das empresas informais;

- Tornar mais simples as exigências legais e burocráticas para a exportação e importação de produtos, facilitando assim o acesso das pequenas empresas ao comércio internacional.

5.6.3 A AGENDA

- Aprovar os procedimentos de simplificação tributária às micro e pequenas empresas que estão sendo discutidos na Assembléia Legislativa junto com a Findes, Sebrae e outras entidades;
- Integrar as ações isoladas de diferentes órgãos da administração pública estadual que atuam com exigências na abertura e fechamento de empresas, e coibir a duplicidade de comprovantes, atestados ou outro documento de natureza puramente burocrática;
- Estimular, através de simplificação de processos e de isenção de tarifas, o registro na Junta Comercial das firmas que se encontram na informalidade;
- Simplificar procedimentos da Junta Comercial e isentar de tarifas o fechamento formal de empresas que se encontram inativas;
- Criar e aprimorar serviços de atendimento ao cidadão e ao contribuinte e expedição de documentos via internet.

5.7 INOVAÇÃO

5.7.1 A QUESTÃO

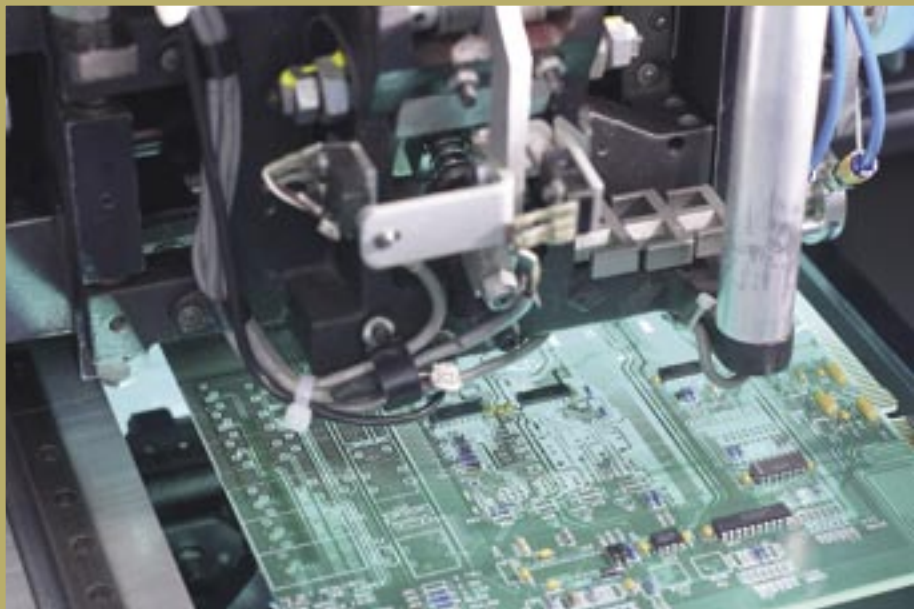
A capacidade de inovar em produtos, processos e gestão torna um país, região ou empresa altamente competitiva em termos globais. A concorrência através da inovação e da diferenciação de produtos tem forte impacto sobre toda a economia e contribui para a geração de novos postos de trabalho e de renda para o Governo e a sociedade. A competição através da redução de preços, ao contrário, é predatória: leva à queda de rentabilidade, ao corte de pessoal e, no limite, à insolvência do negócio.

A inovação não se limita à área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D). É algo muito mais amplo e vital para a sobrevivência no mercado. Trata-se da aplicação do conhecimento na geração de novo valor à operação da empresa, a partir do aprimoramento dos métodos de produção, da comercialização, da gestão, da logística e da estratégia empresarial.

O desenvolvimento da economia capixaba passa, portanto, por investimentos permanentes da indústria em inovação. Esses investimentos, entretanto, não ocorrem na quantidade nem na velocidade desejadas devido, principalmente, à escassez de financiamentos.

5.7.2 Os DESAFIOS

- Criar programas de apoio e incentivo à capaci-



tação das empresas capixabas em inovação, conforme as novas definições do Manual de Oslo (versão 2005);

- Estimular e incentivar financeiramente projetos regionais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação focados nas demandas reais das empresas;
- Fazer da inovação um grande diferencial competitivo do Espírito Santo;
- Promover a efetiva integração do setor produtivo, em especial das micro, pequenas e médias

empresas, com as universidades e centros de pesquisa;

- Criar competência estadual na captação de recursos dos fundos setoriais;
- Promover e financiar cursos de formação de agentes de projetos de inovação.

5.7.3 A AGENDA

- Instituir no Bandes e Banestes linhas especiais de crédito em condições diferenciadas em apoio a projetos de inovação, conforme definição do Manual de Oslo versão 2005;
- Apoiar institucionalmente e financeiramente o intercâmbio tecnológico no âmbito das instituições regionais de pesquisa e desenvolvimento;
- Utilizar o poder de compra do Estado para estimular o desenvolvimento tecnológico nas empresas;
- Promover e apoiar a participação de empresas locais, especialmente as de micro e pequeno portes, em eventos regionais, nacionais e internacionais que possibilitem o acesso às novas tecnologias e à inovação de produtos, processos, gestão e maquinário.
- Isentar do ICMS e outros tributos regionais a compra de máquinas ou equipamentos destinados à inovação de produtos ou processos industriais;
- Priorizar o apoio financeiro com recursos não-reembolsáveis do Funcitec a projetos que integram o setor produtivo com as universidades e centros de pesquisa;
- Estimular o registro de patentes com apoio no preenchimento de formulários e subsídios aos custos;
- Fortalecer o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (Ipes) na articulação com os organismos e fundos federais de financiamento da inovação tecnológica;
- Aumentar substancialmente os recursos da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento tecnológico.

5.8 EDUCAÇÃO

5.8.1 A QUESTÃO

Para se manter competitiva no mercado, a indústria capixaba tem procurado acompanhar os avanços tecnológicos no Brasil e no mundo. A cada dia as empresas incorporam novos equipamentos e processos, e isso exige um nível maior de qualificação de seus funcionários.

O grau de instrução da mão-de-obra é vital para o aprendizado de novas técnicas e a absorção dos avanços tecnológicos e científicos. O capital humano influencia diretamente na produtividade e, conseqüentemente, no desempenho das empresas. É, portanto, um dos fatores para o desenvolvimento de regiões.

Para um Estado que tem como vetores de desenvolvimento setores com tecnologia de ponta como a indústria do petróleo e os grandes complexos industriais exportadores, é necessário um nível maior de escolaridade da massa trabalhadora, equiparado ao dos países mais desenvolvidos, tanto em quantidade como em qualidade.

5.8.2 OS DESAFIOS

- Ampliar os investimentos em educação para além do piso previsto nas constituições Estadual e Federal;

- Universalizar o ensino fundamental, eliminando o analfabetismo;
- Fortalecer a educação profissional e superior técnica, ampliando a oferta de capacitação profissional;
- Valorizar e capacitar os profissionais de educação.

5.8.3 A AGENDA

- Criar a “Universidade Estadual Virtual do Espírito Santo”, ou seja, em vez de construir instalações e contratar servidores e professores, comprar vagas já existentes e ociosas, com preços subsidiados, das instituições privadas de nível superior capixabas em cursos de grande interesse para o desenvolvimento do Estado;
- Manter a atual política de parceria com a iniciativa privada no que diz respeito à capacitação e treinamento em recursos humanos;
- Aparelhar as escolas estaduais, dotando-as de laboratórios técnicos, material didático e bibliotecas atualizadas e de computadores com acesso à internet;
- Investir na manutenção e expansão da rede estadual de ensino, em todos os níveis;
- Implantar um sistema de avaliação da qualidade do ensino ministrado nas escolas estaduais.

5. 9 POLÍTICA COMERCIAL E DE ACESSO A MERCADOS

5.9.1 A QUESTÃO

Um terço do PIB capixaba está assentado no comércio exterior. A movimentação nos portos (importação mais exportação) somou, somente em 2005, US\$ 9,67 bilhões, 37% a mais que no ano anterior.

Este é um setor de grande importância para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo e que merece atenção toda especial do Governo, em termos de políticas que melhorem as condições de acesso da indústria ao mercado internacional, principalmente às micro e pequenas empresas.

Incentivos regionais à exportação são fundamentais neste momento em que o câmbio atinge uma de suas mais baixas cotações na década e afeta a competitividade das empresas capixabas. Uma política que culmine com melhorias na infraestrutura portuária, na redução da burocracia e na redução da carga de impostos, permitindo, assim, crescimentos anuais sucessivos na atividade.

5.9.2 Os DESAFIOS

- Aprimorar os instrumentos regionais de política comercial e inserir o Espírito Santo nos programas nacionais de apoio à exportação;
- Definir estratégias para enfrentar a concorrência externa e aproveitar as oportunidades cria-

das pela expansão das economias chinesa e indiana;

- Adotar uma estratégia global e atuar internacionalmente no sentido de buscar novos mercados para os produtos e serviços capixabas.

5.9.3 A AGENDA

- Reativar o Conselho Estadual de Comércio Exterior, que está paralisado e sem reuniões;
- Manter, aprimorar e defender os incentivos financeiros no âmbito do ICMS concedidos às empresas importadoras que operam através do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap);
- Promover a logística capixaba em outros estados com o objetivo de atrair mais cargas para os portos locais;
- Atuar em conjunto com os demais estados integrantes do Corredor Centro-leste na eliminação de gargalos e na promoção deste modal de transporte e dos produtos por ele movimentados;
- Definir uma política de ressarcimento das empresas exportadoras em decorrência dos créditos de ICMS acumulados a partir da vigência da Lei Kandir (1996).
- Estabelecer parcerias comerciais e acordos bilaterais com cidades ou regiões no exterior;
- Isentar de ICMS os produtos de cadeias produtivas voltadas para a exportação;
- Ampliar os acordos de competitividade setorial.

5. 10 MEIO AMBIENTE

5.10.1 A QUESTÃO

As empresas capixabas avançaram em termos de preservação ambiental porque esta passou a ser uma das exigências do mercado, tanto dentro como fora do país. A indústria reviu processos e tecnologia e estendeu seus investimentos de responsabilidade social para essa área. No entanto, o debate em torno da questão ainda tem forte componente passional, o que acaba influenciando algumas decisões do poder público.

Em função disso, a preservação ambiental tem sido utilizada de forma artificial para restringir o desenvolvimento em alguns segmentos, como a indústria de celulose e papel e a indústria do petróleo.

A legislação ambiental adota uma série de normas e critérios rígidos e complexos, e o processo de análise e liberação de projetos de expansão ou de implantação de novos empreendimentos no Estado acaba sendo muito lento, além de oneroso para as empresas. Principalmente porque os

órgãos de defesa ambiental possuem poucos técnicos e o número de pedidos de licenciamento, fruto do crescimento contínuo e a taxas expressivas da economia local, é muito elevado.

O problema é ainda mais grave quando há a necessidade de liberação ambiental em âmbito federal, como ocorre com a indústria do petróleo. Os investimentos da Petrobras e de outras companhias petrolíferas no mar capixaba só podem



ser efetivados mediante autorização prévia do Ibama do Rio de Janeiro, a quem cabe a análise dos estudos e relatórios de impacto ambiental e a liberação dos projetos do setor no segmento offshore.

A indefinição em torno de competências é outro problema que também gera atrasos nos processos de análise e liberação ambiental. Em muitos casos, a empresa deve encaminhar o processo ao órgão ambiental do município, do Estado e até da União. Tudo isso gera custos e afeta o timing dos projetos de investimentos e inibe a atração de novos investidores para o Espírito Santo.

5.10.2 Os DESAFIOS

- Ampliar e especializar o quadro técnico e equipar melhor a Secretaria de Meio Ambiente para dar mais agilidade à análise dos pedidos de licenciamento ambiental;
- Definir as competências entre Seama, Ibama e secretarias municipais referentes a ações normativas e de fiscalização na área ambiental, assim como para a análise e liberação de projetos de expansão de empresas já existentes ou de implantação de novos empreendimentos no Estado;
- Simplificar regras e procedimentos para tornar os processos mais rápidos e reduzir, assim, os

custos das empresas, principalmente as de micro e pequeno portes, com consultorias e elaboração de EIA/Rima.

5.10.3 A AGENDA

- Acelerar os processos de licenciamento ambiental que se encontram com dificuldade de trâmite interno na Seama/Ibama;
- Regulamentar a política estadual de recursos hídricos, estabelecendo, porém, regras claras e estáveis que atendam ao princípio da razoabilidade e não constituam impedimento ao investimento e à produção;
- Implantar instrumentos regulatórios e incentivos que estimulem a expansão da indústria de reciclagem no Estado;
- Elaborar projeto de lei e decreto que definam competências da Seama a ações normativas e de fiscalização na área ambiental que simplifiquem a análise e liberação de projetos de expansão de empresas já existentes ou de implantação de novos empreendimentos no Estado; sem prejuízo da preservação do meio ambiente;
- Estabelecer procedimentos comuns entre a Seama, o Ibama e as secretarias municipais de meio ambiente que permitam a simplificação da tramitação dos futuros processos de licenciamento ambiental.

5.11 INCLUSÃO LOCAL

5.11.1 A QUESTÃO

O Espírito Santo receberá até o final desta década um volume de investimentos do setor privado da ordem de US\$ 18 bilhões, sendo US\$ 8 bilhões somente da indústria do petróleo. É o maior aporte de capital, num período de apenas cinco anos, ocorrido em toda a história econômica do Estado.

O boom de investimentos inaugura um novo ciclo de desenvolvimento e cria um amplo leque de oportunidades para as empresas e os trabalhadores locais. Há possibilidades de uma maior participação de fornecedores locais na cadeia gás-petróleo e nos grandes complexos exportadores não só de produtos e serviços, mas também nas áreas de logística, desenvolvimento e transferência de tecnologia e qualificação profissional.

Esse processo, porém, não se dá de forma automática. Não basta ser capixaba para assegurar para si uma dessas oportunidades. As empresas locais precisam estar preparadas para atender demandas específicas dos vetores desta nova onda de crescimento: a indústria do petróleo e a expansão da grande indústria exportadora. Nesse aspecto, a inclusão local dependerá em boa parte de políticas estaduais voltadas para o desenvolvimento de fornecedores e para a capacitação de trabalhadores.

Sem isso, a tendência da indústria do petróleo é a de importação de mão-de-obra especializada e da contratação de fornecedores externos, em

prejuízo dos capixabas. A terceira onda de investimentos poderá, portanto, gerar empregos e renda para pessoas de fora do Estado.

5.11.2 OS DESAFIOS

- Investir na formação profissional e na capacitação de trabalhadores, preparando-os para atuar em segmentos da indústria que atuam com tecnologia de ponta;
- Ampliar a oferta de bolsas de estudos para jovens interessados em cursar faculdades e centros universitários.

5.11.3 A AGENDA

- Implementar uma política de compras públicas que beneficiem as micro e pequenas empresas locais;
- Implantar, na esfera pública, programa específico de desenvolvimento de fornecedores locais, de acordo com os ramos produtivos existentes;
- Articular junto aos grandes complexos industriais e à cadeia gás-petróleo mais espaços para o fornecimento local, adotando, inclusive, incentivos para isso;
- Apoiar institucionalmente e financeiramente a realização de rodadas de negócios entre fornecedores e compradores locais de bens e serviços;
- Utilizar recursos dos royalties do petróleo para implantar e manter uma universidade estadual virtual;
- Implantar cursos profissionalizantes nas escolas de segundo grau da rede pública estadual.

5.12 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

5.12.1 A QUESTÃO

Em uma economia global, as empresas precisam ganhar escala para ter mais competitividade e capacidade de atender vários mercados simultaneamente. Diante disso, as fusões e incorporações no setor industrial se multiplicaram em todo o mundo, por ser a forma mais rápida de expandir a capacidade de produção.

Há, contudo, uma gama variada de bens e serviços diferenciados demandados pela sociedade que não fazem parte do mix das companhias globais e que são fornecidos localmente, em sua maioria, por firmas de pequeno porte, como por exemplo alimentos, calçados, roupas, bebidas, transporte e assistência técnica.

A micro e a pequena empresa têm, portanto, uma grande função social e deve ser protegida. É grande geradora de postos de trabalho no Estado – a maioria quase que absoluta (98,5%) das indústrias capixabas são de micro e pequeno portes – e sem elas o nível de desemprego seria alarmante.

Devido à pequena escala operacional, o setor tem dificuldades para diluir os custos fixos e se equiparar, em termos de competitividade, com as empresas de maior porte. Logo,



precisa de um tratamento diferenciado em termos de tributação e de processos administrativos e fiscais, para não ter os custos ainda mais onerados a ponto de provocar a insolvência do negócio.

5.12.2 Os DESAFIOS

- Apoiar o programa de trabalho do Sebrae-ES, evitando a interferência de políticas partidárias no seu resultado;
- Estabelecer padrões administrativos, tributários e fiscais diferenciados e simplificados para as firmas de micro e pequeno portes, reduzindo assim o custo operacional e a taxa de mortalidade e reforçando a competitividade;
- Estimular a formação de arranjos produtivos tendo por base firmas de pequeno porte;
- Adotar políticas que viabilizem a inclusão das pequenas empresas locais nas grandes cadeias de produção existentes no Estado;
- Motivar as instituições de nível superior a desenvolverem projetos voltados para o apoio das micro e pequenas empresas;
- Apoiar, nas eleições do Sebrae-ES, a diretoria

de consenso da iniciativa privada.

5.12.3 A AGENDA

- Adotar o limite de R\$ 2,4 milhões para a pequena empresa e de R\$ 240 mil para a micro-empresa, sendo estes os tetos máximos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em aprovação no Congresso Nacional;
- Isentar de ICMS, conforme praticado em outros estados, as microempresas que faturem até R\$ 240 mil por ano, ou seja, R\$ 20 mil por mês. Em alguns estados, o limite está entre R\$ 250 mil e R\$ 300 mil/ano;
- Aprovar os procedimentos de incentivo das micro e pequenas empresas que estão sendo discutidos na Assembléia Legislativa junto com a Findes, Sebrae e outras entidades;
- Apoiar, com recursos do sistema financeiro estadual, a execução do programa de trabalho do Sebrae-ES, visando ampliar o atendimento para as micro e pequenas empresas;
- Criar programas de estímulo à organização de sistemas facilitadores de crédito (cooperativas e fundos de aval).

5.13 ATUAÇÃO SINÉRGICA DA CLASSE POLÍTICA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

5.13.1 A QUESTÃO

A representação das unidades federativas no Congresso não é igualitária. Estados como São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, têm bancadas bem mais numerosas que as do Espírito Santo, fruto de critérios originários da década de 1940 que estabeleceram uma representação proporcional ao número de municípios.

O poder de negociação com o Executivo federal também é diferenciado. Estados com maior expressão econômica, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, gozam de mais prestígio. Estados com bancadas pouco numerosas e baixa participação no PIB nacional, como o Espírito Santo, enfrentam mais dificuldades em ver seus pleitos atendidos.

Uma atuação desordenada e desencontrada dos representantes capixabas nas instâncias federais contribui para agravar o problema e comprometer o desenvolvimento regional. Decisões contrárias aos interesses do Espírito Santo poderão ser aprovadas simplesmente por falta de articulação dos políticos capixabas.

5.13.2 Os DESAFIOS

- Atuar em conjunto e suprapartidariamente os integrantes da bancada federal capixaba na defesa do desenvolvimento econômico sustentável do Espírito Santo;
- Permitir a participação conjunta dos agentes empresariais e prefeituras nas ações políticas em prol do desenvolvimento capixaba.

5.13.3 A AGENDA

- Fazer parcerias intensas com as 78 prefeituras, independentemente da ideologia partidária dos ocupantes dos cargos de governador e prefeito, visando o desenvolvimento econômico e social do Estado;
- Promover a integração das bancada federal e estadual e sintonizar a ação dos parlamentares com as diretrizes políticas e econômicas estabelecidas pelo Governo estadual;
- Interagir com as bancadas dos estados parceiros do Espírito Santo para viabilizar a provação de medidas de interesse regional;
- Estabelecer parcerias com as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o desenvolvimento de ações que aprofundem o desenvolvimento regional, diminuindo as disparidades hoje existentes em relação às regiões Sul e Sudeste.

5.14 CONSOLIDAÇÃO DO AMBIENTE LOCAL FAVORÁVEL AOS INVESTIMENTOS

5.14.1 A QUESTÃO

Muita das regiões com elevado índice de desenvolvimento devem isso à capacidade de seus agentes de criarem um ambiente local favorável aos investimentos. A teoria econômica, por sinal, já entende que isso é um dos elementos-chave para o sucesso de uma localidade, estado, país ou bloco de países.

O Espírito Santo, nos últimos três anos, soube criar esse ambiente favorável e atraiu, com isso, vultosos investimentos da indústria do petróleo e viabilizou a expansão dos grandes complexos industriais exportadores que atuam em seu território – CST, CVRD, Aracruz Celulose e Samarco.

O envolvimento das empresas locais, suas entidades representativas e do poder público no sentido de estabelecer regras claras e transparentes, eliminar entraves e proporcionar as facilidades para a execução desses investimentos foram os principais responsáveis por este novo ambiente propício aos negócios.

5.14.2 OS DESAFIOS

- Preservar o entrosamento e a parceria entre os agentes públicos e privados para manter o ambiente favorável aos investimentos e garantir o

- desenvolvimento sustentável do Espírito Santo;
- Manter um canal de comunicação aberto entre o poder público e a iniciativa privada, inclusive para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional;
- Criar mecanismos institucionais de estímulo, acompanhamento e sustentação desse ambiente favorável aos investimentos;
- Ter instituições públicas com gestão profissional para evitar eventuais retrocessos que possam comprometer o desenvolvimento de novos negócios no Estado.

5.14.3 A AGENDA

- Destinar recursos suficientes para que, no prazo de três anos, possamos ter um sistema prisional adequado no Espírito Santo, reforçando a segurança pública e melhorando a imagem externa do Estado, o que contribui para atração de investidores;
- Manter periodicamente reuniões de trabalho entre o Governo do Estado e a bancada federal para tratar dos assuntos de interesse do Espírito Santo junto ao Governo federal;
- Operacionalizar um conselho de articulação e desenvolvimento econômico e social com participação do governador, secretários, entidades de classes e grandes empresas.

5.15 GOVERNANÇA PÚBLICA

5.15.1 A QUESTÃO

Assim como as indústrias capixabas se viram obrigadas a melhorar sua eficiência para competir em uma economia globalizada, o setor público precisa aprimorar suas competências para prestar um serviço de melhor qualidade e a um custo menor para as empresas e os trabalhadores.

Uma governança pública eficiente se reverte em maior retorno em obras para a sociedade, em menor carga de impostos e em um Estado mais leve e enxuto. Significa uma máquina adminis-

trativa menos inchada e a alocação de um maior número de servidores em atividades-fim.

Para o setor produtivo, uma gestão pública mais eficiente representa uma menor carga de impostos e, conseqüentemente, menor custo operacional e maior capacidade de competir globalmente.

5.15.2 OS DESAFIOS

- Reduzir drasticamente o número de cargos comissionados e ampliar o corpo técnico para dar mais profissionalismo à governança pública e evitar a descontinuidade de programas e ações do Estado decorrentes da troca de governantes e de equipes de governo;
- Oferecer cursos de capacitação, reciclagem e aperfeiçoamento para todos os servidores estaduais, iniciando pelas áreas essenciais como Saúde, Educação, Segurança Pública, Preservação Ambiental e Transportes.

5.15.3 A AGENDA

- Modernizar a gestão das instituições públicas eliminando e profissionalizando, ao máximo, os cargos comissionados;
- Colocar nos postos-chave de



conselhos, colegiados e outros organismos de representação empresários de notória experiência e capacidade de conduta para que, em todas as ações de Governo estadual, existam exemplos positivos e exitosos da iniciativa privada;

- Adotar procedimentos operacionais para que o Plano Estratégico 2025 seja um projeto de sociedade e realmente efetivado e monitorado



tanto pelo Governo estadual, como por ONGs e entidades empresariais do Espírito Santo;

- Adotar ações para que os itens apontados no planejamento estratégico voltados para o turismo sejam realmente efetivados;
- Ampliar a utilização do programa de capacitação empreendedora Empretec aos executivos e profissionais de nível gerencial do Governo estadual;
- Consagrar o princípio da paridade entre os segmentos em todas as iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo;
- Definir e instituir canais voltados à participação, em caráter prévio, no que couber, do setor empreendedor no processo de elaboração de iniciativas legislativas relacionadas à área tributária, infra-estrutura, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento;
- Fortalecer as instituições estaduais de pesquisa e a produção de informações estatísticas para dar mais subsídios ao planejamento público e privado;
- Estabelecer cronograma para redução de cargos comissionados e de confiança e iniciar sua efetiva implementação.

5.16 EMPREENDEDORISMO

5.16.1 A QUESTÃO

Uma cultura empreendedora torna uma cidade, estado ou país bem mais competitivo em relação a outras regiões onde as pessoas têm menos iniciativa para transformar idéias e projetos em algo com valor de venda no mercado. É essa cultura que identifica oportunidades no mercado e transforma a “ciência pura” desenvolvida pelos centros de pesquisa e universidades em fonte efetiva de conhecimento para a inovação de produtos e serviços.

Para que o Espírito Santo se torne um Estado bem mais empreendedor, com reflexos diretos no PIB e na geração local de empregos e renda, é preciso levar aos jovens esta cultura, formando um universo bem maior e mais capacitado de empreendedores. Nesse contexto, o empreendedorismo passa a ser estratégico para o desenvolvimento econômico regional e deve se constituir em política de Governo.

Muitos dos atuais empreende-

dores capixabas se formaram na prática, aprendendo com o próprio negócio. Para alcançar o sucesso, enfrentaram enormes dificuldades que



poderiam ser evitadas se tivessem tido uma formação prévia. O autodidatismo é louvável, mas deve ser encarado como exceção e não como regra para a constituição de uma nova geração de empresários.

As micro, pequenas e médias empresas são empreendedoras; flexíveis às mudanças econômicas; geradoras de empregos; e fundamentais para o desenvolvimento das cidades, contribuindo, inclusive, para a construção de melhor ambiência social nas comunidades. Muitas delas têm alta capacidade de inovação e de difusão de novas tecnologias, além de alto padrão competitivo no mercado internacional (tanto nas exportações como na substituição competitiva das importações). A maioria delas, porém, atua apenas no mercado interno e em setores tradicionais, com baixos padrões em gestão, qualidade, produtividade e competitividade, necessitando, por isso, de políticas e medidas governamentais específicas de apoio para o seu desenvolvimento.

5.16.2 Os DESAFIOS

- Estimular uma cultura regional empreendedora, capaz de transformar conhecimento em bens ou serviços para venda no mercado;
- Fazer do empreendedorismo uma política prioritária de Governo;
- Melhorar a competitividade da economia capixaba estimulando iniciativas empreendedoras em inovação de produtos, serviços, processos e gestão e de negócios;
- Ampliar o poder de negociação das micro, pe-

quenas e médias empresas industriais dentro da cadeia produtiva a que pertence, tanto com seus fornecedores como com seus clientes, caso esses sejam grandes empresas públicas ou privadas;

- Estimular a cooperação entre as micro e pequenas empresas, criando, assim, um ambiente virtuoso, com troca de experiências e aumento do poder de negociação com seus fornecedores e clientes.

5.16.3 A AGENDA

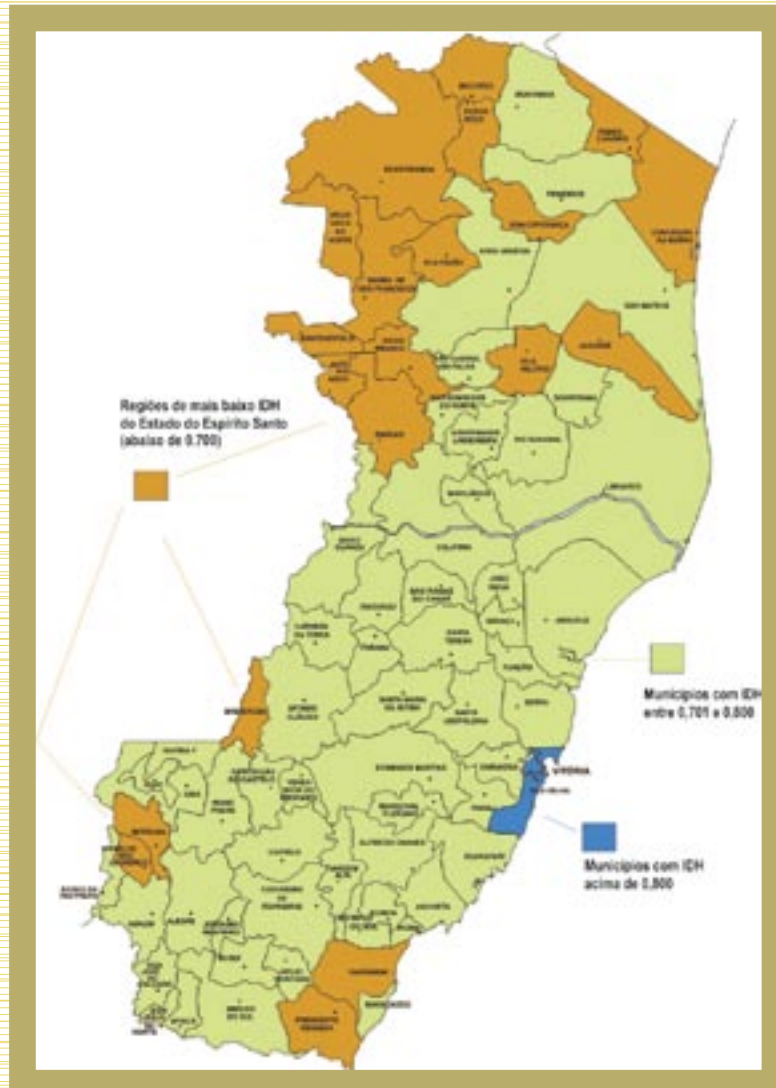
- Encaminhar para a Assembléia Legislativa projeto de lei para que seja incluído o empreendedorismo nas instituições estaduais de ensino;
- Implementar a pedagogia empreendedora em todas as escolas da rede estadual;
- Criar, em parceria com entidades do setor privado e prefeituras, núcleos de apoio e disseminação do empreendedorismo nos principais municípios do interior capixaba;
- Possibilitar às micro e pequenas empresas a utilização e conhecimento de modernas técnicas de gestão, tanto em produtos como em processos ou nos aspectos gerenciais;
- Facilitar à micro e pequena empresa a aquisição de equipamentos tecnologicamente avançados, pelas exigências colocadas quando da obtenção de financiamentos públicos ou privados;
- Criar mecanismos para que as micro e pequenas empresas tenham acesso a informações, principalmente para as que dependem das novas tecnologias de informação e comunicação.

5.17 INTEGRAÇÃO REGIONAL

5.17.1 A QUESTÃO

O Estado do Espírito Santo vem se destacando nos

últimos anos com crescimento acima da média nacional, porém, esse crescimento, como já citamos anteriormente, não está beneficiando a totalidade dos agentes econômicos e tampouco sendo compartilhado com todas as regiões do Estado. Se por um lado temos município com IDH próximo ao de países desenvolvidos, como é o caso de Vitória, por outro lado, no extremo norte temos municípios com IDH que se aproxima ao de países subdesenvolvidos como o Gabão, na África. Essa desigualdade requer um grande esforço de inclusão local e de desenvolvimento regional.



5.17.2 OS DESAFIOS

- Criar condições de atratividade de investimento nos diversos municípios do Estado;
- Melhorar a infra-estrutura nos municípios do interior do Estado.

5.17.3 AGENDA

- Melhorar a malha viária estadual, contribuindo para a desconcentração dos investimentos e possibilitando a atração de mais investidores para as áreas fora da Região Metropolitana;
- Criar um fundo de desenvolvimento regional a partir dos royalties do petróleo para promover a inclusão local e o desenvolvimento regional dos municípios do interior.

6 Conclusões

Ao propor esta Agenda Pró-Crescimento e Desenvolvimento Sustentável da Indústria Capixaba, a Federação das Indústrias do Espírito Santo – Findes exerce seu papel cívico de contribuir para as eleições de 2006, buscando informar aos candidatos do Estado do Espírito Santo a cargos eletivos, no plano estadual, quais os anseios e prioridades da indústria localizada em nosso Estado, que dependem de ações dos poderes Executivo e Legislativo, e o que ela espera como compromisso daqueles que se transformarem em representantes do povo capixaba, durante os próximos quatro anos, para a melhoria da qualidade de vida de nossa população.

No plano federal, documento semelhante foi elaborado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, discutido e aprovado por todas as federações e sindicatos patronais da categoria econômica de todo o país, por meio de encontro realizado em Brasília nos dias 28 e 29 de junho do corrente ano.

O documento, que recebeu o título de *Crescimento. A Visão da Indústria*, destaca dez prioridades que na, visão da indústria, se implementadas pelo poder público federal, certamente melhorarão a competitividade sistêmica da indústria nacional, contribuindo para gerar mais empregos e criar uma sociedade mais justa.



FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESPIRITO SANTO - FINDES

PLANO ESTRATÉGICO 2005/2008

MISSÃO

Representar e defender os interesses da Indústria Capixaba, para melhorar sua competitividade, buscando permanentemente o fortalecimento dos seus sindicatos, o estímulo ao empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

CRENÇAS E VALORES

- Adoção de práticas de sucesso, da iniciativa privada, na Gestão das Entidades do Sistema
- Comprometimento com resultados
- Atuação ética e transparente
- Atitudes honestas e profissionais
- Justiça e coerência nas decisões
- Crença em parcerias e alianças estratégicas
- Valorização profissional da equipe
- Fortalecimento do associativismo
- Atuação sinérgica das entidades do Sistema

VISÃO DE FUTURO

Até 2008 a Findes será:

- Referência no Sistema CNI
- Composta por sindicatos fortes e representativos de suas categorias

- Forte, atuante e independente na representação da Indústria Capixaba
- Reconhecida como Entidade importante no desenvolvimento do Estado
- Capaz de influir, de forma efetiva, na Política Industrial e Tecnológica do Estado
- Capaz de monitorar, propor e influir na criação de leis que afetem a atividade industrial
- Estruturada e atuante nas diversas regiões do Estado

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1 - Apoiar o Fortalecimento Sindical
- 2 - Fomentar o Desenvolvimento do Empreendedorismo
- 3 - Fomentar o Desenvolvimento Industrial
- 4 - Aperfeiçoar o Sistema de Gestão
- 5 - Fortalecer a Imagem Institucional da Findes
- 6 - Melhorar a Infra-Estrutura do Sistema
- 7 - Fortalecer a Situação Financeira do Sistema Findes
- 8 - Apoiar o Desenvolvimento Regional e a Interiorização da Indústria

“ Para a mais longa jornada,
sempre existe o primeiro passo.”

Ditado Chines